



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM**  
**GABINETE DO PREFEITO**



LEI n.º 520-GAB-PREF/1994

Em, 31 de janeiro de 1994.

**“Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar a favor da Secretaria Municipal de Saúde, no orçamento vigente e dá outras providências”.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**“L E I”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de Cr\$- 4.339.914,22 (Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Nove Mil, Novecentos e Quatorze Cruzeiros Reais e Vinte e Dois Centavos) à Secretaria Municipal de Saúde, observando-se nas classificações institucional, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

<b>0100</b>	<b>- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>	
0101	- DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
0101.13750212.245	- Remuneração Adicional dos Servidores as Saúde	
3.1.1.1	- Pessoal Civil	Cr\$ 1.860.510,00
0101.13750212.246	- Desenvolvimento dos Padrões de Saúde	
3.1.2.0	- Material de Consumo	Cr\$ 1.682.500,75
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 350.000,00
4.1.2.0	- Equipamento e Material Permanente	Cr\$ 446.903,47
	<b>- T O T A L.....</b>	<b>Cr\$ 4.339.914,22</b>

Art. 2º - Os recursos para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão provenientes das transferências do Sistema de Informação Ambulatorial/Sistema Único de Saúde – SAI/SUS, bem como saldo remanescente do exercício anterior da mesma fonte, conforme o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64, os quais não serão considerados no valor global do Orçamento Programa, para efeito do cálculo que definir os 25% alocados à Educação.

Art. 3º - A receita passa a ter a seguinte classificação:

**“RECEITA”**

1700.00.00	- TRANSFERENCIAS CORRENTES	
1760.00.00	- TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	
1761.00.00	- CONVENIO SAI/SUS .....	Cr\$ 4.339.914,22

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal, autorizado, via decreto, integrar no Orçamento Vigente, todos os repasses provenientes do Ministério da Saúde, bem como o resultado das aplicações financeiras da qual dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.





*ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM  
GABINETE DO PREFEITO*



Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Pérola do Mamoré, 31 de janeiro de 1994.

Engº. Isaac Bennesby  
PREFEITO MUNICIPAL

